Revista de História (São Paulo)
ISSN: 0034-8309
ISSN: 2316-9141
Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho

Schneider, Alberto Luiz; Martins, Renato

A EXPANSÃO PAULISTA EM AFONSO DE TAUNAY E SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA: REFLEXÕES E TRAJETÓRIAS

Revista de História (São Paulo), núm. 178, a01018, 2019
Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho

DOI: https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2019.142456

Disponível em: https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=285061378004

Como citar este artigo
Número completo
Mais informações do artigo
Site da revista em redalyc.org

Sistema de Informação Científica Redalyc
Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal
Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa acesso aberto

rev. hist. (São Paulo), n.178, a01018, 2019
http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2019.142456

CC BY NC

ARTIGO

A EXPANSÃO PAULISTA EM AFONSO DE TAUNAY E SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA: REFLEXÕES E TRAJETÓRIAS

Contatos
Alberto Luiz Schneider
Rua Turiassú, 1347, ap. 614
05005-001 – São Paulo – São Paulo
alberto.ls@uol.com.br
Renato Martins:
Rua Engenheiro Mário Pamponet, 378
05448-010 – São Paulo – São Paulo
renato.a.mrtns@gmail.com

Alberto Luiz Schneider*
Pontifícia Universidade Católica
São Paulo – São Paulo – Brasil

Renato Martins**
Universidade de São Paulo
São Paulo – São Paulo – Brasil

Resumo

O artigo discute as relações de proximidade e distância intelectual e institucional entre os historiadores Afonso de Taunay e Sérgio Buarque de Holanda. Um e outro, em períodos diferentes, engajaram-se na produção historiográfica acerca da expansão paulista no período colonial. Como se sabe, o chamado "bandeirismo" foi um dos mais importantes temas da historiografia brasileira – particularmente da historiografia paulista – na primeira metade do século XX. Taunay interpretou o fenômeno como um capítulo da construção do território e da própria nacionalidade brasileira. Sérgio Buarque compreendeu a expansão paulista a partir do apresamento indígena para as lavouras dos campos de Piratininga. A despeito das diferenças teóricas e metodológicas, as relações entre os dois historiadores foi intensa. Não menos importante, interessa ao artigo observar a inserção institucional dos historiadores em questão. Ambos, em períodos diversos, dirigiram o Museu Paulista e ocuparam a cadeira de História da Civilização Brasileira na Universidade de São Paulo.

Palavras-chave

Afonso de Taunay – Sérgio Buarque de Holanda – historiografia brasileira – historiografia da cultura – expansão paulista.

* Doutor em História pela Universidade Estadual de Campinas, pós-doutor pelo King's College London e pelo Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

** Doutor em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Pesquisador da cátedra Jaime Cortesão/Instituto Camões da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

rev. hist. (São Paulo), n.178, a01018, 2019
http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2019.142456

CC BY NC

ARTICLE

THE PAULISTA EXPANSION IN AFONSO DE TAUNAY AND SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA: REFLECTIONS AND TRAJECTORIES

Alberto Luiz Schneider
Pontifícia Universidade Católica
São Paulo – São Paulo – Brazil

Renato Martins
Universidade de São Paulo
São Paulo – São Paulo – Brazil

Contacts
Alberto Luiz Schneider
Rua Turiassú, 1347, ap. 614
05005-001 – São Paulo – São Paulo
alberto.ls@uol.com.br

Renato Martins:
Rua Engenheiro Mário Pamponet, 378
05448-010 – São Paulo – São Paulo
renato.a.mrtns@gmail.com

Abstract

This article discusses the intellectual and institutional relations of proximity and distance between the historians Afonso de Taunay and Sérgio Buarque de Holanda. Both of them, at different periods of time, dedicated themselves to historiographical production of the *paulista* expansion in the colonial period. The so–called *bandeirismo* was one of the most important themes of Brazilian historiography – in particular of the *paulista* historiography – in the first half of the 20th century. Taunay interpreted the phenomenon as a chapter of the territory construction and of the Brazilian nationality itself. Sérgio Buarque saw the *paulista* expansion from the indigenous captivity for the agriculture lands in Piratininga. Despite the theoretical and methodological differences, the relations between the two historians were intense. It is also of interest to this article to observe the institutional context of the historians in question. Both, in different periods of time, were directors of the Paulista Museum and occupied the chair of History of the Brazilian Civilization at the University of São Paulo.

Keywords

Afonso de Taunay – Sérgio Buarque de Holanda – Brazilian historiography – historiography of culture – *paulista* expansion.

Introdução: Afonso de Taunay, Sérgio Buarque de Holanda e as bandeiras

Em *O sangue intimorato e as nobilíssimas tradições*, Katia Abud lembra que a história da construção do conhecimento sobre as bandeiras paulistas é marcada por uma espécie de "tradição historiográfica de estudos". Seu "período áureo" corresponde à primeira metade do século XX (ABUD, 1985, p. 4) e seus autores se inseriam numa complexa rede de sociabilidade nacional (a exemplo das díspares trajetórias intelectuais do cearense Capistrano de Abreu ou do mineiro Afonso Arinos de Melo Franco).[1] Não obstante as diferenças entre eles, um tema foi constantemente perseguido: a expansão para o oeste na primeira metade do século XX, tema, no limite, comumente aureolado por uma polêmica metodológica (ainda que ela não represente exclusivamente uma divisão estanque). Por um lado, a conformação de uma escrita da história centrada na imagem mítica dos bandeirantes como personagens fundamentais para a conquista e integração do território brasileiro e, com efeito, formadores de uma concepção teleológica da própria nação. Nesses termos, a expansão das bandeiras explica e fundamenta a formação nacional brasileira. Por outro lado, uma construção explicativa capaz de produzir uma representação diferencial do passado acessado por estudos particulares. O bandeirante, aqui, porta frequentemente o estigma de escravista e é motivado por interesses locais (vale dizer, paulistas), dois atributos dos quais o presente histórico preserva expressiva distinção em termos epistemológicos e políticos.

Esta controvérsia metodológica atuou de forma considerável nas próprias balizas da institucionalização da disciplina de História no Brasil. Cabe relembrar que, se no ocidente a disciplina historiográfica se institucionaliza a partir do começo do século XIX,[2] no Brasil esta institucionalização foi lapidada sobretudo por duas instituições: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e os institutos estaduais e, mais tarde, a universidade, cada qual, pelo menos em tese, com sua própria concepção de história: o IHGB e os institutos, por meio da conciliação da produção do conhecimento histórico construído de acordo com regras científicas e um projeto pedagógico desti-

[1] Cabe lembrar que esta tradição de estudos é delimitada por Abud a partir de autores com trajetórias intelectuais bastante diversificadas.

[2] Para uma caracterização geral deste processo ver WHITE (2001).

nado à construção do patriotismo nos cidadãos;[3] e a universidade, erguida em grande parte por meio de uma crítica ao IHGB, ao refutar, aproximadamente a partir da emblemática década de 1930, suas balizas de *integração* entre *passado* e *presente* a partir do *paradigma* nacional.[4] A tradição historiográfica de estudos acima apontada exerceu um papel relevante nesta conformação disciplinar ao estar alocada no Museu Paulista que, consoante ao menos em parte com o IHGSP e mesmo com o IHGB, ajudou a arregimentar o pressuposto de que os bandeirantes foram os construtores da nacionalidade brasileira.[5] Na universidade, consolida-se, de uma forma ou de outra, a hipótese da condição escravista e localista do desbravador paulista.

Estudos acerca da disciplinarização da escrita da história, contudo, têm demonstrado que a crítica realizada pela perspectiva da universidade não culminou, por assim dizer, numa mudança integral do paradigma anterior: Marieta de Moraes Ferreira, por exemplo, salienta que a "concepção de história" subjacente à criação do Curso de História e Geografia da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (FNFi-UB) "retomou muitos dos pressupostos sustentados pelos historiadores ligados ao IHGB" (FERREIRA, 2013, p. 10). Fábio Franzini, por sua vez, indaga se a década de 1930 poderia, de fato, ser considerada um "divisor de águas" a partir de seus estudos sobre a Coleção Documentos Brasileiros, então dirigida por Gilberto Freyre, inaugurada em 1936 pela José Olympio Editora. A Coleção, enquanto forte responsável pela reflexão do saber histórico no Brasil da primeira metade do século XX, se constituiu "como um lugar legítimo e respeitado para acolher uma produção que não se moldava à rigidez do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e, ao mesmo tempo, ainda não se encontrara plenamente entre as nascentes Faculdades de Filosofia" (FRANZINI, 2010, p. 269). Rebeca Gontijo, finalmente, reconhece em Capistrano de Abreu um historiador que, sob muitos aspectos, promove um "marco divisório" com as dimensões metodológica e escriturária do IHGB, mas que nem por isso descarta por completo a problemática da formação da nacionalidade (GONTIJO, 2013, p. 210).

Tais constatações, no limite, relativizam uma oposição metodológica integral entre os institutos históricos e as faculdades de Filosofia (sem eviden-

[3] A questão já foi discutida, entre outros, por GUIMARÃES (2011); GUIMARÃES (2007); CEZAR (2011).

[4] Ver, entre outros, SCHWARTZMAN (1982); e CARDOSO (1982).

[5] Em parte. Como se sabe, a nacionalidade, para o IHGB, é explicada pelo Estado nacional, não pelas bandeiras, como bem salienta Antônio Celso Ferreira a partir dos trabalhos de Manoel Luiz Lima Salgado Guimarães (FERREIRA, 2002, p. 108).

temente negá–la ou sequer desfazê–la). Ao reconhecê–la como um ponto de partida, este artigo pretende testar este antagonismo a partir de um capítulo específico da história da construção do conhecimento sobre as bandeiras: as relações de proximidade e distância entre alguns momentos da produção intelectual e institucional de Afonso de Taunay e Sérgio Buarque de Holanda. Sabe–se como a reflexão destes dois historiadores é frequentemente considerada antagônica pela crítica especializada: Taunay seria o protagonista maior de uma interpretação das bandeiras que confere ao bandeirante o ar de desbravador e integrador glorioso do território nacional. Sérgio Buarque simbolizaria o exato contrário ao acolher uma crítica desta mesma questão, reconhecendo nas expedições o interesse cobiçoso de formação de mão de obra escrava para lavouras da capitania de São Vicente, depois São Paulo. O antagonismo foi comumente construído e valorizado por estudos em sua maioria produzidos no interior de instituições de ensino superior, sobretudo nos anos 1980 e 1990, que pensaram o papel do bandeirismo na obra de Sérgio Buarque de Holanda, a exemplo do artigo "Pulsações, sangrias e sedimentação: Sérgio Buarque de Holanda e a análise da sociedade paulista no século XVII" de Ilana Blaj. Trata–se de uma contribuição fundamental e ademais atual para a compreensão do historiador paulista. Não obstante, a abordagem dá ênfase exclusiva à crítica do autor à "visão ufanista" de "São Paulo como locomotiva da nação" dirigida "aos escritos de autores vinculados ao Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo" (BLAJ, 1988, p. 83 e 85),[6] do qual, sabe–se, Taunay foi membro destacado.

Esta dicotomia é inerente à problemática do bandeirismo, cabendo insistir que as próximas páginas não pretendem abandoná–la. Porém, ao mesmo tempo, se dará destaque a certa conciliação metodológica, a despeito das diferenças entre os nossos dois autores: a perspectiva professada por Afonso de Taunay, ainda que monumentalize o bandeirante, foi produzida a partir de uma tradição metodológica fundada na documentação, responsável por avançar uma concepção crítica das bandeiras da qual Sérgio Buarque comumente se vale. O autor de *Caminhos e fronteiras* (1957), por sua vez, embora privilegie preponderantemente uma explicação do bandeirante destituído da indumentária heroica, não deixa de ver neste personagem um formador das bases da nacionalidade brasileira.

[6] Para uma revisão do tema do bandeirismo na historiografia ver SANTOS (2009); ver especialmente o primeiro capítulo, "Caminhos da historiografia".

Afonso de Taunay e a problemática da expansão paulista

Sabe-se que Taunay foi autor do monumental *História geral das bandeiras paulistas*. Publicado entre 1924 e 1950 (TAUNAY, 1924) é sem dúvida sua contribuição de maior prestígio e importância. Porém, é preciso lembrar os investimentos historiográficos realizados entre 1917 e 1923, pois estão na base do que viria depois. É com eles, e não propriamente com *História geral*, que o autor se consolida como historiador profissional centrado na "história do Brasil, e especialmente de São Paulo". Eles abarcam esforços variados que vão desde a preparação da Exposição sobre o Centenário da Independência, em 1922, até a intensa colaboração em jornais.[7] Há quatro livros importantes que no caso merecem ser assinalados: *São Paulo nos primeiros anos* (TAUNAY, 1920); *São Paulo no s*éculo XVI (TAUNAY, 1921); *Na era das bandeiras* (TAUNAY, 1922a) e *Pedro Taques e seu tempo: estudos de uma personalidade e de uma* época (TAUNAY, 1922b), ambos de 1922; e *Piratininga: aspectos sociais de São Paulo seiscentista* (TAUNAY, 1923).

Nesta época, Taunay consolida seu modelo de gestão no Museu Paulista, do qual é diretor entre 1917 e 1945. Junto às iniciativas citadas, é responsável por lançar as bases da sua escrita da história: apologia aos bandeirantes, amparada por uma leitura geopolítica da expansão dos homens da capitania de São Paulo no período colonial. Ao mesmo tempo, porém, tais circunstâncias geram um efeito paradoxal: ao lado da criação da mitologia em torno dos bandeirantes, Taunay arregimenta uma produção historiográfica desde logo crítica, pautada na pesquisa sob a forma de monografias especializadas e documentadas que visam apreender o passado pela ótica de sua diferença. Este mesmo paradoxo pauta as diretrizes de sua pouco discutida atuação na cátedra de História da Civilização Brasileira da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, da qual foi professor titular entre 1935 e 1938.[8] Assim, é necessário frisar as condicionantes gerais da atuação de Taunay no Museu Paulista e na cadeira de Civilização Brasileira. Estas, afinal, são parte igualmente integrante da trajetória intelectual de Sérgio Buarque, representando assim uma espécie de epicentro a partir do qual é

[7] Taunay colaborou ativamente, por exemplo, para *O Correio Paulistano*, que contava com colaboradores como Plínio Salgado, Menotti Del Pichia, Alfredo Ellis Jr., e muitos outros militantes da causa bandeirante.

[8] Sobre as relações entre Afonso de Taunay, o IHGSP e o MP ver ANHEZINI (2011). Sobre Taunay da cadeira de História da Civilização Brasileira, ver Cadeira de História da Civilização Brasileira. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros* (1967).

possível verificar condições importantes das relações intelectuais e biográficas entre os dois historiadores.

Os estudos históricos no Museu Paulista resultam sobretudo de duas medidas de Afonso de Taunay: a criação da Seção de História e, como decorrência desta, dos *Anais do Museu Paulista*, em 1922. No *Guia da Secção Histórica do Museu Paulista* de 1937, (TAUNAY, 1937) o então diretor da instituição dedica uma parte exclusiva para explicar os objetivos da seção e de sua principal publicação. Ambas nascem de uma crítica à concepção de história da gestão anterior, liderada por Hermann Von Ihering, primeiro diretor do museu (1895–1916). Segundo esta, o estudo do homem, em termos metodológicos, não é muito diferente do estudo da flora e fauna locais. (SCHWARCZ, 2012, p. 108). O sucessor explica que até então "a história de S. Paulo, e a do Brasil em geral, [foram] relegadas a um segundo plano" (TAUNAY, 1937, p. 45). A crítica denuncia as diferenças entre *colecionar* e *reunir* documentos: o primeiro caso não indica um método próprio de organização de *corpus* documental, sendo refém de um "regulamento num plano sobremodo humilde no conjunto dos serviços da nova instituição cultural" ao subordinar-se "ao esdrúxulo imperativo de se restringir, especialmente, a colecionar e arquivar documentos sobre o período da Independência!" (TAUNAY, 1937, p. 46); o seguinte mostrava-se mais exigente quanto à questão ao "reunir documentos sobre o passado nacional, principalmente quanto ao de São Paulo, esparsos sobre os arquivos, coleções e bibliotecas públicas e particulares e museus brasileiros e estrangeiros" (TAUNAY, 1937, p. 49).

O quinto artigo do regulamento divide as prioridades da seção da seguinte forma: (a) reunir documentos sobre o passado nacional, principalmente de São Paulo; (b) promover reconstituições da história do Brasil e de São Paulo; (c) reunir elementos referentes à indumentária antiga, brasileira e paulista; (d) coletar material etnográfico brasileiro; (e) conservar e zelar as coleções etnográfica e numismática; e (f) publicar os *Anais do Museu Paulista*, com "preferência de assuntos paulistas e exclusividade de nacionais, e onde se estampem os trabalhos da seção e notadamente peças documentais do acervo do Museu" (TAUNAY, 1937, p. 49). A prioridade à etnografia é compreensível, uma vez que esta área se encontrava dentro da própria seção. De todo modo, é importante insistir que, com o regulamento, "a história se transformou na 'menina dos olhos' da instituição, ganhando estatuto epistemológico e não apenas ético", como lembra Ana Cláudia Fonseca Brefe. (BREFE, 2005, p. 53). Afinal, com ele o Museu Paulista deixa de ser apenas uma instituição voltada ao colecionismo, convertendo-se também num centro de pesquisa documental e difusão do conhecimento.

As pautas do Museu Paulista, com efeito, são decisivas para as disciplinas de História do Brasil da Universidade de São Paulo desde 1934, ano de sua fundação, mantendo-se assim ao menos até 1968, quando o regime de cátedras é extinto da instituição. Por isso, no mesmo ano, o Museu Paulista é prontamente incorporado a ela como instituto complementar e Afonso de Taunay se torna o primeiro responsável pela cadeira de História da Civilização Brasileira, da qual é professor titular entre 1934 e 1938. Diferentemente das outras cátedras então inauguradas, a de Civilização Brasileira nasce marcada pela associação entre o bandeirismo e a história nacional que, por essa razão, reproduz, agora dentro da universidade, o protagonismo de São Paulo na história do Brasil.[9] Estamos enfim novamente diante do mesmo paradoxo: a metodologia centrada no estudo crítico da documentação conjuga-se aos "fastos de interpretação do país".

Afonso de Taunay, ao escrever "A propósito do curso de História da Civilização Brasileira na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras" (artigo anexo ao primeiro número dos *Anuários da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras* da Universidade de São Paulo) (TAUNAY, 2009), deixa transparecer o paradoxo entre as formas de escrita da história de museus e universidades. Num primeiro momento parece ser crítico à abordagem tradicional, buscando se livrar do "que se chama hoje a história batalha". Para tanto clama por bases metodológicas que, tudo leva a crer, são oriundas da escola metódica, esta não podendo ser tratada exclusivamente como modelo subsidiário de aspirações patrióticas e/ou de partidarismos que obstruem o "distanciamento crítico". Ela afinal já acolhe uma metodologia para analisar a história da cultura, expressa pela noção de "fato duradouro" que remete à própria história da civilização em termos não propriamente nacionais.[10] Esta constatação permite dizer que, por um lado, o projeto da cadeira procura iluminar a ideia de civilização brasileira a partir desta concepção de cultura: trata-se, segundo Taunay, da "história da civilização [que] (...) surgiu, por assim dizer, no século XIX, quando a centúria já ia adiantada. Como reflexo apareceu no Brasil, com notável defasagem porém, não contando ainda muitos lustros" (TAUNAY, 2009, p. 131). Por outro, dá vasão ao ufanismo por meio da busca dos heróis da pátria: "de quais dos nossos personagens notáveis (...)

[9] Desnecessário rediscutir o surgimento da Universidade de São Paulo e as prerrogativas metodológicas mais amplas das cadeiras então inauguradas. De todo modo ver CARDOSO (1982); ARANTES (1994); e PEIXOTO (1991).

[10] Ver BOURDÉ e MARTIN (1983).

se conhecem as efígies?", interroga o autor. Nesse contexto, o tema do bandeirismo é chamado a primeiro plano: "de nenhum dos bandeirantes de São Paulo existe efígie. Dos traços dos maiores e menores sertanistas, nada se conservou. Nem daqueles que enchem as cidades brasileiras com os seus nomes como Fernão Dias Paes, o Anhanguera, Pascoal Moreira Cabral, Antônio Raposo Tavares etc." (TAUNAY, 2009).

O "Programa para o curso da História da Civilização Brasileira", publicado no primeiro *Anuário* da faculdade, acolhe parte expressiva do conteúdo das aulas da cátedra. Nele, os antigos moradores da capitania de São Paulo são intercalados a uma sintética história geral do Brasil, a exemplo do primeiro dos 39 tópicos do curso, "Quadro geral da civilização portuguesa em princípios do século XVI"; e o último, "Ocaso e queda do Império". Entre os dois é possível notar uma vasta rede de preocupações que cobrem os períodos colonial, imperial e republicano da história do Brasil (ainda que a ênfase recaia nos dois primeiros): "Aspectos do território (...). Primórdios da vida municipal e da administração geral" (tópico VII); "Primórdios da indústria açucareira e pecuária" (tópico XIII); "A descoberta do ouro e suas consequências" e "A civilização do ouro" (tópicos XXIV e XXVI); "A Independência e o primeiro Império" (tópico XXXII); "O desenvolvimento da indústria cafeeira" (tópico XXXIV); "O reinado de Pedro II" (tópico XXXV) e "Campanhas sociais. O abolicionismo" (tópico XXXVIII).[11]

A palavra civilização aparece três vezes no programa para caracterizar particularmente a "civilização portuguesa", a "civilização do ouro" e a "civilização imperial". Ela preserva, sim, vínculos abrangentes e duradouros com a elaboração crítica de uma história da civilização, tal como acima estabelecida. Não obstante, os "arroubos patrióticos" também se fazem notar: os primeiros paulistas são representados pelas propostas de "ampliação do movimento entradista" de d. Francisco de Sousa, personagem que, segundo o *Guia da Seção Histórica do Museu Paulista*, compunha um dos "nossos vultos eminentes dos primeiros séculos (...), do mais alto valor simbólico e evocativo do passado glorioso da cidade de São Paulo, e da Conquista do Sertão" (TAUNAY, 1937, p. 75). As "invasões holandesas" no nordeste da América portuguesa, por sua vez, deveriam ser entendidas conjuntamente à "reação nacionalista" a elas. Já na abordagem do período imperial transparece o pouco

[11] Programa do curso de História da Civilização Brasileira. *Anuário da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências*. São Paulo: FFLCH–USP, 2009 (originalmente publicado em 1934 e 1935).

juízo crítico à tranquila concatenação entre formação do Estado e da nação, por assim dizer.

O paradoxo transparece em igual medida na produção intelectual de Taunay. A exemplo do artigo "Frei Gaspar da Madre de Deus", publicado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo* de 1911 (TAUNAY, 1911, p. 221–242), e "Frei Gaspar da Madre de Deus: conferência comemorativa do segundo centenário natalício do historiador" (TAUNAY, 1916), proferida no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e publicada em 1916. Ambos buscam deslegitimar, a partir de dois eruditos paulistas tidos como os primeiros historiadores das bandeiras, isto é, o próprio frei Gaspar Madre de Deus (1715–1800) e Pedro Taques de Almeida Pais Leme (1714–1777), a "lenda negra" construída por jesuítas como Ruiz de Montoya (1585–1652) sobre os antigos moradores de São Paulo. A lenda, em suma, os apresentava como rebeldes e portadores de "sangue infecto", maus súditos e maus cristãos. Madre de Deus e Pais Leme os trataram como homens de força e coragem incomum, conquistadores de terras, gentes e metais preciosos (SCHNEIDER, 2016). Ao discuti–los nesses termos, Taunay se conecta com a antiga tradição letrada da antiga capitania de São Paulo, ajudando a compor os fundamentos intelectuais e identitários que culminariam nas condicionantes mais amplas da sua produção historiográfica. Inclusive, e sobretudo, em *História geral das bandeiras paulistas*, que consegue, segundo Karina Anhezini,

> reunir, com o uso dos julgamentos e das perífrases, os argumentos e, mais do que em qualquer outra obra por ele escrita, os elementos que encaminhados provavam a sua tese de que São Paulo foi o centro irradiador dos "bravos" sertanistas que desbravaram o Brasil, transformando uma pequena extensão de terra em uma nação quase continental (ANHEZINI, 2011, p. 188).

Ao mesmo tempo, a produção de *História geral das bandeiras paulistas* não seria possível sem os fundamentos empíricos e intelectuais construídos nesta fase. Estes se dão em grande parte a partir da escola metódica que assume, na reflexão de Taunay, o ambíguo papel ocupado no próprio nascimento da história–disciplina no século XIX, como salienta Jurandir Malerba: "ambiguidade de pretender constituir–se um conhecimento científico – o que então significava 'objetivo', 'neutro', 'verdadeiro' –, mas no contexto (...) de construção dos Estados Nacionais. Científica, mas apaixonadamente partidária" (MALERBA, 2010, p. 11 e 12). Antes de 1917, Taunay já buscava se acercar das reflexões teóricas e epistemológicas em voga em sua época. O artigo "Princípios gerais da moderna história" (TAUNAY, 1915), por exemplo, alude aos historiadores franceses Charles–Victor Langlois e Charles Seignobos, adeptos da escola me–

tódica e autores de *Introduction aux études historiques*, de 1898.[12] É em grande parte por meio da *Introduction* que Taunay arregimenta seu próprio método de uso da erudição e da centralidade das fontes para a pesquisa histórica.

No Brasil, a hegemonia de uma nova forma de pensar a história deu-se tardiamente, já nos anos de 1960, no interior da universidade, com a institucionalização da pós-graduação e a penetração do marxismo acadêmico e da perspectiva dos Annales (GONTIJO, 2011). A partir deste momento, as obras de Taunay soariam crescentemente "velhas" e "ideológicas". Ora, este juízo, se não é totalmente inválido, deve ser visto com bastante cautela. Até porque, de acordo com o artigo *"Brazilian historical writing in global perspective: on the emergence of the concept of 'historiography'"*, foi aproximadamente entre 1870 e 1940 que a profissionalização e disciplinarização do saber histórico adquirem alguns aspectos que perduram até hoje. Entre os quais, a busca de metodologias e conceitos transnacionais de pesquisa (PEREIRA et al., 2015, p. 91), iniciativa presente na incorporação dos historiadores metódicos por Taunay.

Sérgio Buarque de Holanda entre rupturas e continuidades

Uma vez que a obra e a atuação de Sérgio Buarque especialmente a partir dos anos 1940 são demarcadas pelo tema da expansão para o oeste, é por meio delas que as relações de continuidade e ruptura com as de Taunay podem ser compreendidas.[13] Nesses termos, estamos diante de relações assimétricas, por assim dizer: nem Taunay pode ser visto unicamente como entusiasta de uma visão ufanista das bandeiras, embora predominantemente o seja; nem seria aconselhável atribuir a Sérgio Buarque o papel exclusivo de crítico a tais proposições, apesar de o ser de forma preeminente. A assimetria se dá em razão de um paradoxo em relação aos vínculos de *sociabilidade intelectual* e *escrita da história* destes dois historiadores: Sérgio Buarque, apesar de crítico às perspectivas historiográficas nacionalistas de Afonso de Taunay, não afronta o velho historiador, ainda que se empenhe, no plano do texto, a repensar a visão dos sertanistas de São Paulo. Pois, ao mesmo tempo, o autor de *Monções* (1945) e *Caminhos e fronteiras* (1957) admite implicitamente certa herança metodológica com Taunay: por um lado, é possível identificar em Buarque de Holanda certa postura nacionalista que, em relação à problemá-

[12] Sobre o assunto ver DELACROIX et al. (2012).

[13] Sobre a problemática da expansão paulista na obra de Sérgio Buarque de Holanda ver o fundamental WEGNER (2000).

tica do oeste, se traduz, principalmente, nos processos de modernização das fronteiras territoriais do Brasil; por outro, é o próprio Taunay que abre possibilidades para o bandeirismo ser compreendido como parte de um campo disciplinar desvinculado da indumentária patriótica.

A proximidade é acionada por Sérgio Buarque ao aceitar o convite para dirigir o Museu Paulista a partir de 1946. Segundo nota de Maria Amélia Buarque de Holanda, nosso autor, ao saber que o posto havia sido vago por Taunay, telefona a Paulo Duarte e sugere que seu nome fosse lembrado a José Carlos Macedo Soares;[14] este, interventor geral de São Paulo entre 1945 e 1947 e responsável por redefinições na política cultural do governo paulista, nomeia Sérgio Buarque à função da diretoria da instituição.[15] A documentação, de fato, não atesta que a indicação de Sérgio Buarque à diretoria da instituição é realizada diretamente por Affonso de Taunay. De todo modo, as relações de proximidade biográfica entre os dois autores vinham de longa data e perduraram por toda a vida: Taunay havia sido professor de Buarque de Holanda no curso ginasial do colégio São Bento. "Originalidade literária", primeiro artigo de Sérgio Buarque, foi levado por seu pai, Cristóvão Buarque de Holanda, amigo de Taunay, ao autor de *História das bandeiras paulistas*, que o publicou no *Correio Paulistano*. Já na década de 1960, Sérgio Buarque, durante seu discurso de posse na Academia Paulista de Letras, afirma que estava "preso" a Afonso de Taunay por "algum vínculo misterioso e inexpugnável".[16] Estes vínculos, portanto, não foram nada acidentais e, por isso, servem de poderosos indícios para reconhecer uma proximidade a um só tempo pessoal e profissional entre os dois diretores do Museu Paulista.

Sérgio Buarque esboça seu apreço à antiga gestão em pelo menos três oportunidades: nos artigos "Revista do Museu Paulista" e "Museu Paulista"; e em "Anais do Museu Paulista", este, uma apresentação a um dos dois tomos do periódico homônimo publicado quando Sérgio Buarque é diretor

[14] Discurso de saudação a Sérgio Buarque de Holanda, dos amigos da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo. Abril de 1988. Vp. 180 P3. Fundo Sérgio Buarque de Holanda. Siarq–Unicamp.

[15] Sobre a nomeação de Sérgio Buarque ao Museu Paulista ver Nomeação de Sérgio Buarque como historiógrafo do Museu Paulista. 28/01/1947. Vp 42 P1. Fundo Sérgio Buarque de Holanda. Siarq–Unicamp.

[16] Sobre Taunay como professor de Sérgio Buarque, bem como a intermediação de Cristóvão Buarque de Holanda entre seu filho e o autor de *História das bandeiras paulistas* ver SANCHEZ (2007). Sobre o discurso de Buarque de Holanda de posse na Academia Paulista de Letras ver BASTOS (2017).

da instituição.[17] A começar pela análise da maior reforma administrativa de sua própria gestão, a de 1946, fruto da promulgação do decreto-lei n. 16.565, que cria novas seções (de etnologia, numismática e linguística). Se houve a criação de "seções autônomas", como o então diretor faz questão de frisar, ao mesmo tempo, "a reforma que em 1946 deu nova estrutura interna ao Museu Paulista não afetou essencialmente sua antiga Seção de História Nacional". A "orientação adequada" recebida por cada disciplina "só atingiu aquela seção na medida em que lhe permitiu maior concentração no objeto próprio de sua atividade" (HOLANDA, 1949, p. V).[18] A mesma repartição disciplinar afetou as duas publicações da Casa – os *Anais do Museu Paulista* e a *Revista do Museu Paulista*, esta, à diferença daquela, que teve periodicidade constante desde a sua fundação, voltou a circular em 1947 "com especialização definida, passando a abranger unicamente assuntos de Etnologia, Arqueologia, Antropologia Física e outras disciplinas afins" (HOLANDA, 1949, p. VI).

Em suma, a gestão de Sérgio Buarque dá mais independência à reflexão e produção historiográfica por meio da autonomização ainda maior concedida à Seção de História e aos *Anais do Museu Paulista*. É possível dizer, nos termos de Thiago Lima Nicodemo, que "sua gestão no Museu Paulista procurou criar condições para a consolidação do campo intelectual caracterizado pela especialização acadêmica nas suas áreas de atuação" (Nicodemo, 2012, p. 115). Para o então diretor, esta criação corresponde, em alguma medida, a uma ambição da gestão passada. Na prática, uma das principais transformações se deu com a transferência do acervo de etnografia para a Seção de Etnologia, criada não por acaso em 19 de abril de 1947, Dia do Índio: o acervo indígena, originalmente abrigado em três salas, é redistribuído para sete. O "avultado número" de peças arqueológicas e afro-brasileiras que "se acham provisoriamente em depósito" ganham assim espaço destinado à pesquisa e exposições públicas.[19] Novamente, nas palavras de Nicodemo, "com a ampliação e consolidação das áreas, a instituição também contratou os professores da ELSP (Escola Livre de Sociologia e Política), tendo Herbert Baldus como responsável e Harald Schultz como assistente do então criado setor de etnologia" (NICODEMO, 2012, p. 116).

[17] Ver HOLANDA (2011a e b); e HOLANDA (1949a). Durante a gestão de Sérgio Buarque são publicados os tomos XIII e XIV dos *Anais do Museu Paulista*.

[18] A *Revista do Museu Paulista* surge em 1895, durante a gestão de Hermann von Ihering, mas é temporariamente suspensa durante o final do mandato de Afonso de Taunay.

[19] HOLANDA (2011b, p. 167 e 168). Sobre a área de Antropologia do Museu Paulista à época ver FRANÇOZO (2004).

É nítida, assim, a preocupação de Sérgio Buarque de Holanda em autonomizar esta área (tal como vinha fazendo com a própria Seção de História). Baldus aliás torna–se diretor–substituto da instituição entre 1952 e 1954, quando Sérgio Buarque deixa o cargo para lecionar e pesquisar na Europa, em razão da alta importância do teórico da aculturação de grupos tupi no processo administrativo do museu (FRANÇOZO, 2004, p. 62 e 63). É crível supor que, com Baldus neste cargo, a etnologia ganharia ainda maior importância dentro da instituição e que, no limite, esta autonomia revela certo distanciamento entre as duas gestões que por ora são objeto de atenção.[20]

De todo modo, os tomos XIII e XIV dos *Anais do Museu Paulista*, publicados entre 1946 e 1956, atestam uma continuidade entre as duas diretorias. Tomemos de exemplo o tomo XIII. O primeiro dos onze relatórios administrativos expedidos na gestão esclarece que ele fora organizado pelo "meu antecessor" Afonso de Taunay (ROIZ, 2013, p. 24). Ao apresentá–lo, localiza o objetivo central do periódico: a publicação de artigos e documentos "relacionados com a história do Brasil, e especialmente de S. Paulo"; e "seu papel de particular relevo nos modernos estudos da história do Brasil", finalidade esta que "não constituirá novidade" (HOLANDA, 1949, P. VI e VII). Também não constitui novidade a composição do *corpus* documental, presente de forma majoritária na publicação. Era formado por "Documentos Espanhóis inéditos, referentes ao bandeirantismo, mandados copiar no Arquivo de Sevilha pelo Dr. Afonso de Taunay" que já haviam sido em parte publicados nos volumes I, II e V dos *Anais* (FERREIRA, 1949, p. 290). Ora, Taunay ainda assina "São Paulo: *Vetera et Nova*", um dos dois artigos que acompanham o tomo, e que chamam a atenção de Sérgio Buarque inclusive "pelas lições que encerra[m]" (HOLANDA, 1949, p. VIII). Que lições eram estas? Uma introdução aos escritos, então inéditos, do geógrafo neerlandês João de Laet sobre a corografia paulista, bem como o projeto de Taunay de enquadrá–lo à retificação mítico–histórica dos primeiros paulistas (TAUNAY, 1922c, 1925 e 1931).

O tomo XIII, contudo, acolhe uma análise renovada do bandeirismo. Em grande parte porque o artigo "Índios e mamelucos na expansão paulista" de Sérgio Buarque acompanha a edição. Não cabe aqui uma análise exaustiva do mesmo. Basta chamar a atenção para um dos seus vetores mais expressivos: a contestação à ideia de que os bandeirantes formaram geograficamente

[20] Ora, este regime de continuidade entre as duas gestões não significa que os conflitos e tensões entre elas tenham deixado de existir. Sobre as tensões entre Sérgio Buarque de Holanda com as gerações mais velhas, ver o estudo de ROIZ (2013).

o Brasil a partir de uma análise da própria cartografia da época. De forma geral, "Índios e mamelucos" inaugura de forma meio solitária na historiografia brasileira a problemática da instabilidade dos caminhos e fronteiras, depois retomada e atualizada, por exemplo, por Laura de Mello e Souza (SOUZA, 1997). Com isso, o pressuposto de que tais caminhos culminariam em fronteiras nacionais é questionado. Esta abordagem transparece na leitura do mapa do carmelita Giuseppe de Santa Teresa, do século XVIII: nele, São Paulo corresponde a um conglomerado de estradas que se expande da costa ao sertão, mas não se confunde com lineamentos geográficos que dão à América portuguesa uma formação orgânica (HOLANDA, 1949, p. 177 e 178).

A ênfase no apresamento não está ausente deste tomo dos *Anais*. A questão é particularmente tratada por Tito Lívio Ferreira, chefe da Seção de História durante a gestão. É ele quem fornece uma "Explicação necessária" à anexação dos "Documentos espanhóis" acima lembrados. Assim, não deixa de rememorar os "fastos" retificados por Taunay ao lembrar as "jornadas sulinas" dos primeiros habitantes de São Paulo atrás de pedras preciosas em regiões como Paraguai, Uruguai e Peru. Porém, chama igualmente atenção para a desistência paulatina e continuada nessas jornadas por essas atividades e a subsequente preferência em '"se ocupar mais em fazer entradas aos índios do Paraguai para trazê-los de volta à capitania" (FERREIRA, 1949, p. 290-A-E). Embora Tito Lívio comente a documentação reunida por Afonso de Taunay, pouco se nota essa abordagem durante a gestão anterior.[21] Portanto, ela não é isenta de significado: o olhar do chefe da seção é, também, o da própria gestão da qual ele faz parte.

A partir do segundo semestre de 1956, Sérgio Buarque passa a atuar como professor interino em outra instituição na qual, como vimos, Afonso de Taunay foi o primeiro membro titular: a cadeira de História da Civilização Brasileira da Universidade de São Paulo. Ele não substitui diretamente o autor de *História geral das bandeiras paulistas*, mas outro expoente do período áureo do bandeirismo, Alfredo Ellis Jr. que assumiu a cadeira no lugar de Taunay entre 1938 e 1952 (quando, por problemas de saúde, é substituído por Astrogildo Rodrigues de Mello, este permanecendo nela até a aposentadoria

[21] Nada atesta essa abordagem durante a gestão de Taunay, pelo menos não com a ênfase dada por Tito Lívio. Nos tomos dos *Anais do Museu Paulista* publicados até 1956 não é possível notar referência acentuada ao escravismo indígena. Já em TAUNAY (1937) – que fornece uma síntese preciosa das diretrizes da pesquisa historiográfica desenvolvida no interior da instituição – lê-se: "destruição das reduções do Guairá" (p. 75).

de Ellis Jr.).[22] Sérgio Buarque assume a função quando o cargo lhe é sugerido em agosto de 1956 por Eurípedes Simões de Paula (SANCHES, 2011, p. 242) e seu nome lembrado por Lourival Gomes Machado.[23] Em novembro de 1958, torna-se titular da cadeira por meio de um concurso público para o qual apresenta a tese *Visão do paraíso: os motivos edênicos do descobrimento e da colonização do Brasil* (HOLANDA, 1958) que dá origem à obra homônima (HOLANDA, 1959). E permanece na função até 1969, ao se aposentar.[24]

Sérgio Buarque herdaria assim praticamente os mesmos requisitos metodológicos e de sociabilidade do Museu Paulista, não obstante as diferenças que de fato existem entre os dois casos. Entre as quais, e talvez a mais importante para os objetivos deste artigo, o fato de que sua carreira como historiador estaria muito mais atrelada à Universidade de São Paulo do que ao Museu Paulista.[25] Lembre-se de um exemplo importante: Taunay, em 1938, ao ter de escolher entre trabalhar na universidade ou no museu em razão da impossibilidade de acumular os dois cargos, prefere a segunda opção. Sérgio Buarque, quase duas décadas depois (1956), ao se deparar com o mesmo dilema com o convite para assumir o cargo de professor interino da cadeira, decide-se pela universidade. As diferenças, aqui, não são somente de escolhas, mas de paradigmas que sinalizam, neste caso, um expressivo distanciamento entre os dois historiadores. O autor de *Visão do paraíso* não deixa de trazer inovação metodológica à cadeira, como veremos. A questão é que a inovação se combina com os requisitos preexistentes, sendo preferível encará-la como uma reforma gradativa destes.

As propostas de curso de Sérgio Buarque encontram-se sobretudo nos programas aprovados pela Congregação da FFCL-USP de 1965 e 1968.[26] Embora não correspondam à totalidade dos cursos ministrados, são suficientes para iluminar dois aspectos que ora se aproximam, ora se distanciam, da abordagem de seus precursores na cadeira: o papel do bandeirismo e da busca de síntese da história do Brasil. O então professor da cadeira elaborou zelosamente seus programas. Organizados em tópicos, acolhem, entre outras, suas pesquisas sobre o bandeirismo e as monções realiza-

[22] Cadeira de História de Civilização Brasileira. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, op. cit., 1967.
[23] 3º COLÓQUIO UERJ. *Anais*. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1992, p. 85.
[24] Ver, por exemplo, HOLANDA (2009).
[25] A questão já foi discutida por, entre outros, DIAS (1994).
[26] Programas para 1965 aprovados pela Congregação. São Paulo: Seção de Publicações, FFCL-USP, 1965; e Programas para 1968 aprovados pela Congregação. São Paulo: Seção de Publicações, FFCL-USP, 1968.

das sobretudo entre os anos 1940 e 1960, e, no limite, por toda a vida.[27] O décimo quarto, de 1965, por exemplo, "Tropas e tropeiros: as feiras de Sorocaba",[28] relaciona-se com "Do peão ao tropeiro", oitavo capítulo de *Caminhos e fronteiras*, em parte dedicado às "feiras de animais de Sorocaba" (HOLANDA, 1994, p. 132). Todos os tópicos sobre o assunto – 14 do total de 45, isto é, aproximadamente 1/3 dos dois cursos – apontam igualmente para pesquisas específicas dentro do tema das bandeiras. Ainda que possam ilustrar uma reflexão desenvolvida no interior de uma universidade, eles não apresentam uma ruptura radical com o pensamento de Taunay. Também aqui permanece uma visão ao mesmo tempo crítica e acolhedora das suas proposições. A começar pelo fato de que os 14 tópicos se encontram numa parte do curso intitulada "Expansão geográfica do Brasil colonial", que contém 15 tópicos. Ou seja, a "expansão geográfica do Brasil colonial" é explicada no curso quase exclusivamente a partir de São Paulo.[29]

Talvez o tópico que mais se aproxime do pensamento de Taunay seja "Significado das bandeiras na formação dos limites do Brasil: Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri" por vincular a expansão dos primeiros paulistas à formação territorial. No limite, remete ao livro *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*, do historiador português Jaime Cortesão, referência obrigatória na reflexão historiográfica de Sérgio Buarque. Como lembra Fernando Novais, a "visão do bandeirismo (...) [de Cortesão] conflui com a historiografia das bandeiras (Afonso d'Escragnolle Taunay, Alfredo Ellis Jr.), que vê os bandeirantes como os devassadores do território, conquistadores dos espaços, dilatadores das fronteiras do Brasil" (NOVAIS, 2012, p. XXII). Grande parte da crítica de Sérgio Buarque a esta concepção de bandeirismo pode ser notada não necessariamente em seus textos sobre a escrita da história. Está presente, isto sim, nas suas reflexões (entre as quais, como ainda veremos, num excerto da obra *Visão do paraíso*, fundamental para o próprio argumento da obra) nos quais se contrapõe à concepção da história das bandeiras de Jaime Cortesão. Para tanto, envolve-se numa polêmica intelectual com ele:[30] ao longo

[27] Sobre as relações entre Sérgio Buarque e o bandeirismo ao longo da vida ver SOUZA (2014).

[28] Programas para 1965 aprovados pela Congregação. São Paulo: Seção de Publicações, FFCL-USP, 1965 (os programas não têm numeração de página).

[29] O único tópico que não trata diretamente do bandeirismo se chama "O reconhecimento da costa e as primeiras entradas". Ver Programas para 1965 aprovados pela Congregação. São Paulo: Seção de Publicações, FFCL-USP, 1965.

[30] Evidentemente há profundas divergências de Sérgio Buarque em relação ao pensamento de Jaime Cortesão, como atesta MARTINS (2017). Sobre o debate entre Holanda e Cortesão ver

de 1952, ambos os historiadores publicaram uma série de artigos na imprensa periódica brasileira a respeito da influência da mitologia da conquista no imaginário dos colonizadores lusitanos na América (citados na 79ª *nota*). Presente na cartografia dos séculos XVI e XVII, o mito se caracteriza, segundo Iris Kantor, pela crença numa geografia fantástica na qual "as nascentes do[s rios da] Prata, Amazonas e São Francisco tinham origem num mesmo lago [no] interior [do continente americano]" (KANTOR, 2007, p. 71). Isto é, o mito da ilha Brasil. Para Sérgio Buarque, sua influência na expansão colonizadora foi quase nula, por assim dizer. Jaime Cortesão, contrariamente, defende que ele assume entre os colonizadores um *significado geopolítico* ao traduzir uma *aspiração protonacionalista* de expansão territorial. Não obstante, nos cursos, Sérgio Buarque parece menos preocupado em demarcar tais posições.

Ao menos é o que mostram os seguintes tópicos: "D. Francisco de Sousa e a busca de metais e pedras preciosas", que parece reforçar a imagem meio mítica do sétimo governador geral do Brasil; ou enfim, "As bandeiras como organização militar (...)", além de outro, de significado correlato, "Conquista da costa leste–oeste e a expansão da Amazônia": os dois só reiteram uma das teses mais salientes do curso, expressa particularmente pelo tópico que os sucede: "São Paulo [como] núcleo da expansão bandeirante".[31] Ao mesmo tempo, é possível notar uma crítica inovadora e nem tão discreta à monumentalização das bandeiras: nos tópicos "Paulistas e jesuítas. Os ataques às reduções do Guairá, Itati, Tapes. Antônio Raposo Tavares" e "As 'guerras dos bárbaros' e o devassamento do sertão norte", o então professor da cadeira investe na imagem de uma América portuguesa devassada pela experiência do apresamento e, mais ainda, de tentativa de extermínio dos índios. Não por acaso Raposo Tavares é lembrado nestas ocasiões: o personagem é posto à prova da monumentalização ao ser analisado, agora, pelo ângulo crítico às abordagens dos docentes que precedem Sérgio Buarque de Holanda na cadeira.

As reformas gradativas comandadas por Sérgio Buarque encontram–se igualmente na própria obra que resulta do concurso à cadeira de Civilização Brasileira. Três capítulos de *Visão do paraíso* – "Peças e pedras", "O outro Peru'" e "Um mito luso–brasileiro" – dedicam–se de forma veemente ao bandeirismo e acolhem parte significativa da pesquisa e análise presente nas outras obras de Sérgio Buarque sobre o tema. *Visão do paraíso*, como se sabe, representa em alguma medida um modelo de escrita da história desenvolvida nas

igualmente CARVALHO (2017).

[31] Programas para 1965 aprovados pela Congregação. São Paulo: Seção de Publicações, FFCL–USP, 1965.

universidades.[32] Talvez por isso, a obra não se desfaz por completo de uma abordagem das bandeiras a partir da formação territorial do Brasil,[33] mas nela a abordagem crítica à imagem mítica do bandeirante é evidentemente mais *vi*gorosa do que em sua atuação no Museu Paulista e na cadeira de Civilização Brasileira. Esta crítica pode ser notada, sobretudo, em "Experiência e fantasia", primeiro capítulo da obra, que, apesar de não tratar do bandeirismo, acolhe um reparo, senão explícito, ao menos cristalino, às teses de Jaime Cortesão sobre a ilha Brasil:

> Sabe–se como o fato de numerosos mapas quinhentistas e seiscentistas mostrarem as águas do Amazonas e as do Prata unidas no nascedouro, através de uma lagoa central, levou o historiador Jaime Cortesão a sugerir ultimamente a ideia de uma "ilha Brasil", que teria sido concebida entre os portugueses da época sob a forma de mito geopolítico. Não é fácil, contudo, imaginar de que forma concepções como essa, se é que existiram de fato, poderiam ter tido papel tão considerável na expansão lusitana (HOLANDA, 2010, p. 47).

Esta crítica é desenvolvida naqueles três capítulos de *Visão do paraíso* acima citados que enfatizam os motivos escravistas das bandeiras paulistas. "Peças e pedras" de antemão esclarece: "as expedições realizadas a esse tempo e depois na capitania sulina (...) visaram menos à busca de ouro, prata ou pedras cortadas, do que à captura do gentio para as lavouras naquela e em outras regiões" (HOLANDA, 2010, p. 93). Sérgio Buarque, assim, dá vasão à sua hipótese sobre o bandeirismo, presente em *Monções*, *Caminhos e fronteiras* e *Capítulos de expansão paulista*,[34] ao reforçar a imagem da "lenda negra" sobre personagens emblemáticos das bandeiras, entre os quais, Antônio Raposo Tavares, no caso retratado como um dos "assaltantes" das reduções religiosas do rio Guairá.

A obra menciona um grande projeto de colonização do Espírito Santo, aliás, tratado por Sérgio Buarque em artigo à parte (HOLANDA, 2011c). Alguns destes colonizadores eram os quatro irmãos Melo Coutinho, figurantes "nas levas paulistas de (...) Raposo Tavares que assaltarão as reduções do Guairá". (HOLANDA, 2010, p. 100 e 101). O autor parece tomar partido dos acontecimentos: Fradique de Melo, um dos irmãos, é "um dos cabos dos mamelucos que deveriam ser responsabilizados em maior grau pelos atropelos pratica–

[32] Ver por exemplo: NICODEMO (2008), que faz uma análise da defesa de Sérgio Buarque da tese *Visão do paraíso*.

[33] Ver a leitura realizada na obra do holandês Guilherme Glimmer que esteve na capitania de São Vicente em 1601. HOLANDA (2010, p. 111).

[34] Optamos por chamar de *Capítulos de expansão paulista* a obra *Extremo oeste* pois nos baseamos na última edição de *Monções*, acompanhada destes *Capítulos de expansão paulista*. Ver CERQUEIRA (2014, p. 8).

dos contra os padres e índios do Guairá". Para tanto cita uma cédula real espanhola de 1639 que traz uma ordem de prisão a Fradique, lamentando que esta "surgiria tarde, pois (...) em 1633 [Fradique] se finara na vila de São Paulo" (HOLANDA, 2010, p. 101). Pedro "continuará a tomar parte nas expedições paulistas, vindo a morrer por volta de 1654 numa delas"; já Manuel "regressa a sua terra, logo após a bandeira de 1628, em que se achou à frente de uma leva de 47 índios do gentio da terra, entre fêmeas, machos velhos e crianças, provenientes em grande parte (...) das peças descidas por Antônio Raposo Tavares" (HOLANDA, 2010, p. 101). Dessa leva Manuel escolhe dois índios para vender ao então capitão-general do Estado do Brasil, Diogo Luiz de Oliveira. O oficial os aceita de bom grado, mesmo tendo recebido na época uma queixa dos padres da Companhia de Jesus sobre a atuação dos paulistas. Para Sérgio Buarque, "a simples aceitação do presente parece mostrar o pouco empenho de Diogo Luís em atender às reclamações dos padres" (HOLANDA, 2010, p, 101). Desdobramento da crítica a Cortesão, este projeto deixa suficientemente demonstrado que seu pensamento pode ser crítico a Afonso de Taunay, pois, no limite, explicita a dimensão escravocrata destes sertanistas.

Tais investidas contra os índios, afinal, não correspondem a casos isolados no argumento do texto, e sim àquelas lógicas da história discutidas por William Sewell (SEWELL, 2005). Uma lógica amparada pelas categorias do título do terceiro capítulo de *Visão do paraíso*, "Peças e pedras": a preferência do colono por "peças" (índios) em vez de "pedras" (metais preciosos). Assim, "as colheitas que os chamavam às terras paulistas (...) eram de peças, não de pedras". De modo que "nas terras vicentinas (...) mais do que em qualquer outro lugar do Brasil, era viva e bem arraigada a tradição de caça ao gentio, que oferecia vantagens menos incertas do que as das minas lendárias" (HOLANDA, 2010, p. 102). Apesar da força do argumento, *Visão do paraíso* não esboça uma crítica explícita a Afonso de Taunay, autor pouco citado no texto. Não que Sérgio Buarque, a princípio, buscasse "rechaçar" o autor de *História das bandeiras paulistas*. Mas enfim, por que, durante a polêmica de 1952, bem como ao longo dos capítulos "Experiência e fantasia", "Peças e pedras", "O outro Peru'" e "Um mito luso-brasileiro", de *Visão do paraíso*, Sérgio Buarque não estende suas críticas a Affonso de Taunay? Tudo leva a crer que seu "vínculo inexpugnável" com o autor de *História geral das bandeiras paulistas* pode ter atenuado as supostas reparações a ele.

Considerações finais

Ao considerar a história da historiografia como "história das formas de produção da verdade histórica" (ARAÚJO, 2006, p. 91) este artigo propõe um "esforço para flexibilizar os procedimentos teóricos e metodológicos que sempre estão sob o risco de serem assumidos como produtores de uma verdade impermeável" (ARAÚJO, 2006, p. 90) a partir de um caso específico: alguns momentos das relações intelectuais e biográficas entre Sérgio Buarque de Holanda e Afonso de Taunay. Problematizam-se, portanto, os procedimentos teórico-metodológicos que classificam a produção de um e outro como exclusivamente antagônicas (como argumentado em diversos momentos do artigo). No lugar, propõe-se uma visão em que ambas, apesar de predominantemente diferentes, abrigam notáveis vasos comunicantes, ainda pouco discutidos pela crítica. Sobretudo em relação ao complexo papel e lugar do autor de *História geral das bandeiras paulistas* e o de *Visão do paraíso* nos processos de profissionalização e disciplinarização da escrita da história oriundas do ambiente intelectual de São Paulo na primeira metade do século passado.

Os estudos aludidos na introdução sobre o papel do bandeirismo na obra de Sérgio Buarque já se encarregaram de mostrar a crítica enérgica do autor aos "construtores da nação" em suas obras dedicadas ao bandeirismo (sobretudo em *Monções* e *Caminhos e fronteiras*).[35] Por um lado, esta crítica igualmente se encontra no artigo "Índios e mamelucos na expansão paulista" e, na mesma medida, na obra *Visão do paraíso*. Naquele caso, por meio da ênfase de Sérgio Buarque na instabilidade dos caminhos e fronteiras; neste, por meio dos reparos presentes na obra às proposições de Jaime Cortesão à ilha Brasil, acolhidos em "Experiência e fantasia", primeiro capítulo, podendo também ser notados em outros três capítulos da publicação: "Peças e pedras", "O outro Peru'" e "Um mito luso-brasileiro". Por outro lado, ela não se verifica na mesma intensidade na atuação institucional de Sérgio Buarque no Museu Paulista e na cadeira de Civilização Brasileira da Universidade de São Paulo. Não procuramos esgotar a matéria ao delimitarmos a apresentação a partir das relações entre os trabalhos de Afonso de Taunay anteriores à elaboração de *História geral das bandeiras paulistas* e a reflexão desta obra. Quanto aos de Sérgio Buarque, nos restringimos ao artigo "Índios e mamelucos na expansão paulista" e à obra *Visão do paraíso*, uma vez que eles se articulam de forma direta e significativa às demandas do Museu Paulista e da cadeira

[35] Ver, além do supracitado artigo de Blaj, outro artigo de BLAJ e MALUF (1990).

de Civilização Brasileira da Universidade de São Paulo. No caso das instituições, o artigo focaliza o período em que ambos foram docentes da cadeira de Civilização Brasileira da Universidade de São Paulo e diretores do Museu Paulista. A partir deste roteiro específico, enfim, tentamos formular e demonstrar estas considerações.

Referências bibliográficas

ABUD, Katia. *O sangue intimorato e as nobilíssimas tradições*. Tese de doutorado, História Social, Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1985.

ABREU, Capistrano de. *Capítulos de história colonial (1500-1800)*. 7ª edição. São Paulo/Belo Horizonte: Itatiaia/PubliFolha, 2000.

ANHEZINI, Karina. *Um metódico à brasileira: a historiografia de Afonso de Taunay (1911-1939)*. 1ª edição. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

ARANTES, Paulo. *Um departamento francês de ultramar*. 1ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

ARAÚJO, Valdei Lopes de. Sobre o lugar da história da historiografia como disciplina autônoma. *Locus*, vol. 12, n. 1, Juiz de Fora, 2006.

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. *Metrópole e cultura: São Paulo no meio século XX*. 2ª edição. *São Paulo: Edusp, 2015*.

BARROS, José D'Assunção. A nouvelle histoire e os Annales: entre continuidades e rupturas. *Revista de História*, n. 5, São Paulo, 2013.

BASTOS, José Henrique. Texto raro narra influência de Taunay sobre Sérgio Buarque de Holanda. *Folha de S. Paulo*, 28 de julho de 2017.

BLAJ, Ilana. Pulsações, sangrias e sedimentação: Sérgio Buarque de Holanda e a análise da sociedade paulista no século XVII. In: NOGUEIRA, Arlinda R. et al. (org.). *Sérgio Buarque de Holanda: vida e obra*. 1ª edição. São Paulo: Secretaria do Estado da Cultura/Arquivo do Estado/Universidade de São Paulo/Instituto de Estudos Brasileiros, 1988.

BLAJ, Ilana *&* MALUF, Marina. Caminhos e fronteiras: o movimento na obra de Sérgio Buarque de Holanda. *Revista de História*, n. 122, São Paulo, 1990.

BOURDÉ, Guy *&*; MARTIN, Herve. *As escolas históricas*. 1ª edição. Tradução de Ana Rabaça. Portugal: Publicações Europa–América, 1983.

BREFE, Ana Claudia Fonseca. *O Museu Paulista: Affonso de Taunay e a memória nacional (1917-1945)*. 1ª edição. São Paulo: Ed. Unesp/Museu Paulista, 2005.

Cadeira de História da Civilização Brasileira. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 2, São Paulo, 1967.

CARDOSO, Irene. *A universidade da comunhão paulista*. 1ª edição. São Paulo: Cortez Editora, 1982.

CARVALHO, Raphael Guilherme de. *Sérgio Buarque de Holanda, do mesmo ao outro: escrita de si e memória (1969-1986)*. Tese de doutorado, História, Pós–Graduação em História, Universidade Federal do Paraná, 2017.

CERQUEIRA, André Sekkel. Nota sobre o texto. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. 4ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. 2ª edição. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

CEZAR, Temístocles. Lições sobre a escrita da história: as primeiras escolhas do IHGB. A historiografia brasileira entre os antigos e os modernos. In: NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira et al. (org.). *Estudos de historiografia brasileira*. 1ª edição. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

DELACROIX, Christian; DOSSE, François; GARCIA, Patrick. *As correntes históricas na França: séculos XIX e XX*. 1ª edição. Tradução de Roberto Ferreira Leal. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

DIAS, Maria Odila da Silva. Sérgio Buarque de Holanda na USP. *Estudos Avançados*, vol. 8, n. 22, São Paulo, 1994.

Discurso de saudação a Sérgio Buarque de Holanda, dos amigos da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo. Abril de 1988. Vp. 180 P3. Fundo Sérgio Buarque de Holanda. Siarq–Unicamp.

DOSSE, François. História e historiadores do século XIX. In: MALERBA, Jurandir (org.). *Lições de história: o caminho da ciência no século XXI*. 1ª edição. Rio de Janeiro/ Porto Alegre: Editora FGV/EdiPUCRGS, 2010.

FERREIRA, Antônio Celso. *A epopeia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)*. 1ª edição. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *A história como ofício: a construção de um campo disciplinar*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Faperj/Ed. da FGV, 2013.

FERREIRA, Tito Lívio. Explicação necessária. *Anais do Museu Paulista*, tomo XIII, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1949.

FRANÇOZO, Mariana. *Um outro olhar: a etnologia alemã na obra de Sérgio Buarque de Holanda*. Dissertação de mestrado, Antropologia Social, Programa de Mestrado em Antropologia Social, Universidade Estadual de Campinas, 2004.

FRANZINI, Fábio. À sombra das palmeiras: a *Coleção Documentos Brasileiros e as transformações da historiografia nacional*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2010.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1945.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Ouro. In: *Monções*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1945.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Revista do Museu Paulista. In: COSTA, Marcos (org.). *Sérgio Buarque de Holanda: escritos coligidos*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/ Editora da Unesp, 2011a (originalmente publicado em *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 16 de novembro de 1947).

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Anais do Museu Paulista. *Anais do Museu Paulista*, tomo XIII, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1949a.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Índios e mamelucos na expansão paulista. *Anais do Museu Paulista*, tomo XIII, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1949b.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Museu Paulista. In: COSTA, Marcos (org.). *Sérgio Buarque de Holanda: escritos coligidos*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Editora da Unesp, 2011b (originalmente publicado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, 1952).

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Os projetos de colonização e comércio toscanos no Brasil ao tempo do grão–duque Fernando I (1587–1609). In: COSTA, Marcos (org.). *Sérgio Buarque de Holanda: escritos coligidos*. 1ª edição. São Paulo: Editora da Unesp/Fundação Perseu Abramo, 2011c (originalmente publicado em *Revista de História*, n. 71, São Paulo, 1967).

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do paraíso: os motivos edênicos do descobrimento e da colonização do Brasil*. Tese de cátedra, História da Civilização Brasileira, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, 1958.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do paraíso*. 1ª edição. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do paraíso*. 7ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Conversa com Sérgio Buarque. In: MARTINS, Renato (org.). *Encontros: Sérgio Buarque de Holanda*. Rio de Janeiro: Azougue, 2009 (originalmente publicado na *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 26 de julho de 1977).

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. 3ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

GLEZER, Raquel. *Chão de terra e outros ensaios sobre São Paulo*. 1ª edição. São Paulo: Alameda, 2007.

GONTIJO, Rebeca. A história da historiografia no Brasil, 1940–1970: apontamentos sobre sua escrita. In: XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH. *Anais*. São Paulo: 2011.

GONTIJO, Rebeca. *O velho vaqueano: Capistrano de Abreu: memória, historiografia e escrita de si*. 1ª edição. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Da Escola Palatina ao Silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938)*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Editora Museu da República, 2007.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Historiografia e nação no Brasil: 1838-1857*. 1ª edição. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

KANTOR, Iris. Usos diplomáticos da ilha–Brasil: polêmicas cartográficas e historiográficas. *Varia História*, vol. 23, n. 37, São Paulo, 2007.

MALERBA, Jurandir. Prefácio. In: Idem (org.). *Lições de história: o caminho da ciência no século XXI*. 1ª edição. Rio de Janeiro/Porto Alegre: Editora FGV/EdiPUCRGS, 2010.

MARTINS, Renato. *Tradição, modernidade e história das Américas em* Visão do paraíso *(1946-1969)*. Tese de doutorado, História Social, Departamento de História Social, Universidade de São Paulo, 2017.

MATOS, Odilon Nogueira de. *Afonso de Taunay, historiador de São Paulo*. São Paulo: Universidade de São Paulo e Fundo de Pesquisas do Museu Paulista, 1977. (Coleção Museu Paulista)

MONTEIRO, John Manuel. *Os negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MORSE, Richard. *Formação histórica de São Paulo: de comunidade a metrópole*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

NICODEMO, Thiago Lima. *Urdidura do vivido:* Visão do paraíso *e a obra de Sérgio Buarque de Holanda nos anos 1950*. 1ª edição. São Paulo: Edusp, 2008.

NICODEMO, Thiago Lima. Sérgio Buarque de Holanda e a dinâmica das instituições culturais no Brasil: 1930–1960. In: MARRAS, Stelio (org.). *Atualidade de Sérgio Buarque de Holanda*. 1ª edição. São Paulo: Edusp/IEB–USP, 2012.

NOGUEIRA, Arlinda R. et al. (org.). *Sérgio Buarque de Holanda: vida e obra*. 1ª edição. São Paulo: Secretaria do Estado da Cultura/Arquivo do Estado/Universidade de São Paulo/Instituto de Estudos Brasileiros, 1988.

Nomeação de Sérgio Buarque como historiógrafo do Museu Paulista. 28/01/1947. Vp 42 P1. Fundo Sérgio Buarque de Holanda. Siarq–Unicamp.

NOVAIS, Fernando. Prefácio a Jaime Cortesão ou "Encontro marcado". In: CORTESÃO, Jaime. *Raposo Tavares e a formação territorial do Brasil*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/Fundap, 2012.

PEIXOTO, Fernanda. *Estrangeiros no Brasil: a missão francesa na USP*. Dissertação de mestrado, Antropologia Social, Departamento de Antropologia, Universidade de São Paulo, 1991.

PEREIRA, Mateus Henrique; SANTOS, Pedro Afonso dos; NICODEMO, Thiago Lima. Brazilian historical writing in global perspective: on the emergence of the concept of "historiography". *History and Theory*, n. 54, 2015. Disponível em: https://onlinelibrary.wiley.com/doi/pdf/10.1111/hith.10780. Acesso em: 27 nov. 2017. https://doi.org/10.1111/hith.10780.

Programa do curso de História da Civilização Brasileira. *Anuário da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências*. São Paulo: FFLCH–USP, 2009.

Programas para 1965 aprovados pela Congregação. São Paulo: Seção de Publicações, FFCL–USP, 1965.

Programas para 1968 aprovados pela Congregação. São Paulo: Seção de Publicações, FFCL–USP, 1968.

Relatório referente ao ano de 1946 apresentado ao sr. dr. Plínio Caiado de Castro, digníssimo secretário da Educação e Saúde Pública, pelo diretor do Museu Paulista, Sérgio Buarque de Holanda. São Paulo, 31 de janeiro de 1947.

ROIZ, Diogo da Silva. *A dialética entre o "intelectual-letrado" e o "letrado-intelectual": projetos, tensões e debates na escrita da história de Alfredo Ellis Jr. e Sérgio Buarque de Holanda (1929-1959)*. Tese de doutorado, História Social, Pós–Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, 2013.

SANCHEZ, Rodrigo Ruiz. *Sérgio Buarque de Holanda: a trajetória de um intelectual independente*. Tese de doutorado, Sociologia, Programa de Pós–Graduação em Letras da Unesp, 2007.

SANCHEZ, Rodrigo Ruiz. Sérgio Buarque de Holanda na USP. *Revista Sociedade e Estado*, vol. 26, n. 1, Brasília, 2011.

SANTOS, Márcio. *Bandeirantes paulistas no sertão do São Francisco*: *povoamento e expansão pecuária de 1688 a 1734*. 1ª edição. São Paulo: Edusp, 2009.

SCHWARTZMAN, Simon. *Universidades e instituições científicas no Rio de Janeiro*. 1ª edição. Brasília: CNPq, 1982.

SCHNEIDER, Alberto Luiz. Os paulistas e os outros: fama e infâmia na representação dos moradores da capitania de São Paulo nas letras dos séculos XVII e XVIII. *Projeto História*, n. 57, São Paulo, 2016.

SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil: 1870-1930*. 11ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

3º COLÓQUIO UERJ. *Anais*. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1992.

SEWELL, William. *Logics os history*. Chicago/Londres: University of Chicago Press, 2005.

SOUZA, Laura de Mello e. Formas provisórias de existência: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações. In: Idem. (org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SOUZA, Laura de Mello e. Estrela da vida inteira. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. 4ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

TAUNAY, Afonso de. Frei Gaspar da Madre de Deus. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, vol. 20, São Paulo, 1911.

TAUNAY, Afonso de. Princípios gerais da moderna história. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, vol. 26, São Paulo, 1915.

TAUNAY, Afonso de. *São Paulo nos primeiros anos*. 1ª edição. Tours: E. Arrault et Cie, 1920.

TAUNAY, Afonso de. *São Paulo no século XVI*. 1ª edição. Tours: E. Arrault et Cie, 1921.

TAUNAY, Afonso de. *Na era das bandeiras*. 1ª edição. São Paulo: Editora Companhia Melhoramentos de São Paulo; Weiszflog Irmãos, 1922a.

TAUNAY, Afonso de. Pedro Taques e seu tempo: estudos de uma personalidade e de uma época. *Anais do Museu Paulista*, tomo I, São Paulo: Oficina do Diário Oficial, 1922b.

TAUNAY, Afonso de. Prefácio. *Anais do Museu Paulista*, tomo I, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1922c.

TAUNAY, Afonso de. *Piratininga: aspectos sociais de São Paulo seiscentista*. 1ª edição. São Paulo: Tipografia Ideal; Heitor L Canton, 1923.

TAUNAY, Afonso de. *História geral das bandeiras paulistas*. 1ª edição. São Paulo: Typ. Ideal, 1924.

TAUNAY, Afonso de. Prefácio. *Anais do Museu Paulista*, tomo II, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1925.

TAUNAY, Afonso de. Prefácio. *Anais do Museu Paulista*, tomo V, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1931.

TAUNAY, Afonso de. *Guia da Secção Histórica do Museu Paulista*. 1ª edição. São Paulo: Imprensa Official do Estado, 1937.

TAUNAY, Afonso de. A propósito do curso de História da Civilização Brasileira na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. *Anuário da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências*, São Paulo: FFLCH–USP, 2009.

WEGNER, Robert. *A conquista do oeste: a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda*. 1ª edição. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. 2ª edição. Tradução de Alípio Correia da Franca Neto. São Paulo: Edusp, 2001.

Recebido: 22/01/2018 – Aprovado: 25/06/2018